

Fiesp quer tirar conceito de empresa nacional da Carta

Da Redação

Humero Sergio - 22 Abr. 88

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), pretende recorrer a emendas supressivas para retirar artigos do título da Ordem Econômica e Financeira aprovada pelo Congresso constituinte. O ponto central de crítica e da ação da Fiesp é o artigo que estabelece diferenças entre as "empresas de capital nacional" e as multinacionais sediadas no país, considerado "discriminatório ao capital estrangeiro" pelos empresários. Com este objetivo, está sendo organizada uma reunião nacional de federações ligadas à indústria no dia 19, em Brasília, para discutir as emendas a serem propostas e a estratégia do "lobby" empresarial para a sua aprovação no segundo turno de votações do Congresso constituinte. A informação foi dada ontem pelo primeiro vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, 49.



O texto aprovado pelo Congresso constituinte define como empresa de capital nacional "aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país ou de entidades de direito público interno". Os textos prevê proteção e benefícios especiais para estas empresas, inclusive tratamento preferencial na aquisição de bens e serviços por parte do Estado. Moreira Ferreira disse que esta é uma "discriminação injusta, que vai

atrasar a nação e prejudicar o povo brasileiro". E acrescentou: "É preciso eliminar essa discriminação, senão nosso capital também vai ser discriminado lá fora".

O vice-presidente da Fiesp criticou a decisão do Congresso constituinte de fixar as taxas de juros reais dos bancos e instituições de crédito em 12% (descontada a inflação). Segundo ele, não se pode fixar juros e estabelecer fluxo de dinheiro via Constituição assim como não é possível tabelar preços. Para Moreira Ferreira, o tabelamento dos juros é "um irrealismo", acrescentando que a fixação das taxas é um importante instrumento de uso do governo. O empresário afirmou achar incompreensível a taxa de 12%. "Onde o Gasparian (deputado do PMDB paulista que apresentou a emenda) achou esse número?", disse.

Moreira Ferreira disse que, além da definição de empresa nacional e da fixação das taxas de juros, a Fiesp vai atacar outros cinco pontos do texto aprovado para a Ordem Econômica. O empresário disse que a Fiesp não concorda com nacionalização da exploração do subsolo e das riquezas minerais. afirmou também que a definição do Estado como órgão fiscalizador e regulador da atividade econômica é inaceitável porque "atenta contra o livre mercado".

Segundo Moreira Ferreira, a restrição de os bancos atuarem em outras atividades econômicas é outro "atentado contra o mercado". E acrescentou: "Quem quiser competir com os bancos, que compita no mercado".

O vice-presidente da Fiesp afirmou que a entidade é contra a

aplicação da usucapião em terrenos urbanos de até 250 metros quadrados (ocupados durante cinco anos sem contestação), conforme estabelecido pelo Congresso constituinte. Segundo ele, os fóruns "vão ficar entupidos de pedidos e o Poder Público não terá como pagar tantos processos de desapropriações".

O empresário afirmou ainda que a Fiesp defende que as cartas patentes sejam mantidas e que apenas o Banco Central possa emitilas. Segundo ele, a Fiesp considerou a não nacionalização dos bancos uma boa medida.

"Não vai pegar"

Moreira Ferreira afirmou que "a Ordem Econômica, como boa parte da Constituição, caracteriza-se pela falta de realismo, de objetividade e de modernidade", disse ainda que ela está avançando sobre temas da legislação ordinária e aprovando "barbaridades". Para ele, a Constituição vem sendo prejudicada pelo desequilíbrio econômico do país e pelos reflexos da transição política, "a Constituição parece uma gangorra, ora para a direita, ora para a esquerda". "Na próxima eleição devemos votar em outros candidatos, para fazer outra Constituição, porque essa não vai pegar", disse.

Segundo turno

O segundo turno de votações no Congresso constituinte começará depois que tiverem sido votadas as Disposições Transitórias. No segundo turno só pode haver supressão de itens aprovados pelo Congresso no primeiro turno, não podem ser apresentadas novas emendas. Para a supressão de qualquer item no segundo turno, são necessários 280 votos.



O empresário Mario Amato, presidente da Fiesp, na sede da entidade

Principais pontos da proposta da entidade

Eliminação da discriminação feita contra o capital estrangeiro.

Eliminação da exclusividade na exploração do subsolo e das riquezas minerais por parte de empresas nacionais.

Eliminação da definição do Estado como agente fiscalizador e regulador da atividade econômica.

Eliminação da aplicação de usucapião nos terrenos urbanos de até 250 metros quadrados, ocupados durante cinco anos sem contestação.

Eliminação da fixação dos juros bancários.

Eliminação da restrição às atividades dos bancos em outras áreas.

Eliminação dos itens que determinam supressão do controle das cartas patentes pelo Banco Central.

Parlamentares divergem sobre Ordem Econômica

Das Sucursais de Brasília e Campinas

Terminada a votação da Ordem Econômica pelo plenário do Congresso constituinte, deputados e senadores têm opiniões divergentes quanto às consequências do texto que produziram sobre a vida do cidadão. "Não fizemos nada a favor do consumidor", comenta o deputado Delfim Netto (PDS-SP). Para ele, foi concedida atenção especial aos produtores de forma geral e ao Estado. "A nova Constituição tem uma enorme intervenção estatal", reclama Delfim. Os prejuízos para o consumidor, na opinião do deputado, decorrem do afastamento constitucional de pontos como a competição e a livre iniciativa.

Outro parlamentar preocupado com a aplicação do novo texto é o deputado José Lins (PFL-CE). "A estrutura do texto vai levar a um aumento da carga tributária sobre o cidadão", afirma Lins, lembrando que a União transferirá cerca de 25% de suas receitas aos Estados e municípios com a reforma tributária aprovada. "E a União vai querer recuperar isto de alguma forma", segundo o deputado.

Para contrabalançar esta tendência, José Lins espera que o Congresso analise com cuidado, ao elaborar a legislação complementar, a descentralização de encargos — como forma de equilibrar receitas e gastos dos Estados. O deputado do Centrão também vê com desconfiança a nacionalização dos minérios. Segundo Lins, esta atitude cria um impacto psicológico negativo no exterior.

Reforma urbana

Na opinião do deputado César Maia (PDT-RJ), ex-secretário da

Fazenda de seu Estado no governo Leonel Brizola (1963-87), a questão urbana terá forte influência sobre o cidadão. O prazo do usucapião, por exemplo, baixou de 20 anos (dez em alguns casos) para cinco. Uma família que ocupe determinada área, sem contestação, durante este período, terá direito a possuí-la.

O deputado, da ala esquerda, está bem menos otimista quanto à reforma no campo. O Congresso constituinte decidiu que as terras produtivas são insuscetíveis de desapropriação. "A sociedade rural no Brasil tem uma representação superior à sua participação, o que obstruirá a reforma agrária", afirma César Maia.

Perguntado sobre os efeitos da nova Carta sobre o cidadão, o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) destaca uma emenda de sua autoria: toda pessoa terá o direito de exercer qualquer atividade econômica independente de autorização do Estado, desde que não exista impedimento constitucional. "Isto libera o cidadão dos controles burocráticos não institucionalizados que existem atualmente".

Reforma agrária

Sob o título "retrocesso agrário", a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), presidida pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio, e com sede em Campinas (SP), emitiu nota ontem, afirmando que a rejeição do texto do relator Bernar do Cabral e a aprovação do capítulo sobre a reforma, "transforma a desapropriação do latifúndio em desapropriação por simples interesse social, o que exigirá o seu pagamento em dinheiro. Isso transformará a reforma agrária em imenso balcão de negócios, aque-

REFORMA AGRÁRIA - QUADRO COMPARATIVO

	Atual Constituição e Estatuto da Terra	Nova Constituição
Propriedade produtiva	Poderá ser desapropriada para fins de reforma agrária, desde que não cumpra sua função social	Protegida contra desapropriação; a lei determinará normas para o cumprimento da função social
Critérios da função social	São atendidos quando a propriedade: favorece o bem-estar do proprietário e trabalhadores rurais, mantém níveis satisfatórios de produtividade, conserva os recursos naturais e observa a legislação trabalhista	São atendidos quando a propriedade é aproveitada racional e adequadamente, utiliza adequadamente os recursos naturais e preserva meio ambiente, observa a legislação trabalhista e favorece o bem-estar do proprietário e trabalhadores
Pequenas e médias propriedades	Não serão desapropriadas	Idem
Indenização	Em títulos de dívida agrária que preservam o valor real, resgatáveis em até dez anos	Idem
Benefícios úteis e necessários	Indenizados em dinheiro	Idem

cendo o mercado de terras e introduzindo nesse mercado um grande perulário comprador, ou seja, o próprio governo, que passa a bancar as aquisições com dinheiro do povo."

Segundo a Abra, "a rejeição do texto Cabral, tecnicamente introduz a expressão "terra produtiva que, no fundo, é um conceito abstrato, sem aplicabilidade prática, na qual o Estado renuncia a sua soberania interna e o seu poder eminente" em favor de uma simples negociação.

A nota da entidade diz que o resultado da votação pelo Congresso constituinte "comprometeu o caminho para uma solução harmônica e pacífica para a questão agrária brasileira. No momento em que a nação tinha expectativas de um avanço democrático, por discreto que fosse, o que se viu foi um grupo parlamentar submetido às exigências do que existe de mais retrógrado e reacionário no meio rural brasileiro e que representa parcela ínfima, mas poderosa do país."

Iensen afirma que 350 votarão nos 5 anos

Da Sucursal de Brasília

Se há uma semana o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney estava assegurado por apenas 282 votos (dois a mais do que o quórum mínimo exigido para aprovação de matéria constitucional) —segundo levantamento feito pelo secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG)—, ontem este número aumentou para 350. Este foi o resultado de uma nova pesquisa feita pelo deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) e apresentado ao presidente no Palácio do Planalto.

Além do resultado da sua pesquisa, Matheus Iensen, 51, autor da emenda cincoanista, disse que conseguiu trazer Sarney para a campanha contra o fumo. O deputado fixou na lapela do paletó do presidente um broche com a inscrição "proibido fumar" e deu-lhe de presente o disco "Matheus Iensen - 25 anos louvando a Deus", coletânea de músicas religiosas dos evangélicos. Iensen disse que Sarney está confiante de que o Congresso constituinte repetirá, na votação das Disposições Transitórias, o mesmo resultado quando da definição do sistema de governo e mandato dos futuros presidentes. "Destá vez com uma margem de pelo menos 70 votos a seu favor", afirmou o deputado.

Roraima

Os deputados do PFL de Roraima Mozarildo Cavalcanti, 43, e Chagas Duarte, 60, entregaram ao presidente um programa de governo para aquele território, no qual pedem a indicação do nome de um deles para o cargo de governador, como sendo uma "posição unânime do partido". O ex-governador Getúlio Cruz renúncia há uma semana. Mozarildo disse que o território deve retornar ao PFL e não continuar nas mãos do general Roberto Pinheiro Klein, secretário especial de Defesa Civil do Ministério do Interior, que "não tem qualquer vinculação político-partidária". Tanto Mozarildo quanto Duarte reafirmaram ao presidente que votarão pelo mandato de cinco anos.



O deputado Matheus Iensen em frente ao Planalto após audiência com Sarney

"A impressão que tenho é de que o presidente está convicto de que os cinco anos serão aprovados", declarou o coordenador da bancada do PFL do Ceará na Câmara, Furtado Leite, 73. Junto com os deputados pefelistas daquele Estado Luiz Marques e Etevaldo Nogueira, Furtado Leite pediu ao presidente providências para que as obras da hidrelétrica do Xingó sejam concluídas. Para isto, o governo terá de desembolsar

cerca de Cz\$ 6 bilhões para saldar as dívidas com as empreiteiras. Na avaliação de Furtado Leite, entre os cinco parlamentares da bancada pefelista do Ceará, apenas o deputado Lúcio Alcântara não é favorável à tese dos cinco anos, por ser ligado ao presidente do partido, senador Marco Maciel (PE). Mas Furtado Leite afirmou que os cinco anos estão garantidos.

Prefeitos discordam do apoio de Álvaro

Da Sucursal de Curitiba

Um grupo de 28 prefeitos da região sudoeste do Paraná pediu ontem ao governador Alvaro Dias (PMDB) uma "reavaliação" do seu apoio ao presidente José Sarney e "especialmente ao mandato de cinco anos". Dias, que trabalhou pelos cinco anos e agora diz não "haver viabilidade" para uma eleição presidencial este ano, rejeitou a proposta alegando "questões administrativas", que colocam o Estado em situação de dependência das verbas federais.

A manifestação dos prefeitos do sudoeste —área de influência do deputado "histórico" Euclides Scalco— ontem pela manhã, depois de uma reunião que durou 1h40, foi o primeiro sinal de uma tendência dos prefeitos de abandonar o PMDB, seguindo a liderança dos dissidentes. O presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste (Amsop), Ademair Luis Traiano, disse que a manifestação foi adotada como um "alerta" e para "marcar nossa posição, com lealdade". Traiano considera que há "sérios riscos" da maioria dos prefeitos seguirem as lideranças da região —Scalco e o ex-ministro Deni Schwartz— em caso de uma decisão favorável à saída do partido.

No documento encaminhado a Alvaro Dias, os prefeitos e quatro deputados do sudoeste paranaense também questionaram o governador sobre a situação do partido no Estado, com o isolamento dos "históricos" como Scalco, José Richa e Nelson Friedrich, que por manterem "a mesma linha de conduta, gradativamente se afastam do processo político paranaense." O governador, que decidiu manter a reunião a portas fechadas, disse não ter interesse no afastamento dos "históricos" e se comprometeu a continuar trabalhando pela permanência do grupo no PMDB.



Lubomir Strougal e Sarney durante a assinatura de atos no Palácio do Planalto

Sarney e Strougal condenam segregação racial sul-africana

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney e o primeiro-ministro da Tchecoslováquia, Lubomir Strougal, divulgaram ontem comunicado conjunto em que condenam o "odioso regime de apartheid (segregação racial)" da África do Sul, reafirmando "solidariedade à luta pela independência" da Namíbia frente ao governo sul-africano e demonstrando preocupação com os conflitos nos territórios da Cisjordânia e Gaza, ocupados por Israel.

Segundo a nota, Sarney e Strougal "deploram a violenta repressão contra as manifestações da população palestina", por parte do governo israelense. Eles defenderam também o "desarmamento geral e completo, sob efetivo controle internacional" e se disseram favoráveis à "proscrição total, universal e não discriminatória das armas químicas

e pela eliminação dos estoques existentes".

Em cerimônia realizada ontem no Palácio do Planalto pela manhã, Sarney e Strougal assinaram um acordo de cooperação econômica entre os dois países. O acordo visa ampliar o intercâmbio comercial para US\$ 1 bilhão até o ano 2000. Em 87 o intercâmbio foi de US\$ 130 milhões. Pelo documento assinado, o Brasil amplia a lista de produtos a serem exportados, incluindo sucos de frutas, carros de passeio, acessórios, autopeças, além de manter o ferro, o manganês e o alumínio.

Na lista de produtos a serem importados da Tchecoslováquia, constam equipamentos para geração de energia termo e hidrelétrica, para fábricas de cimento, irrigação, médico-hospitalares, entre outros. Foi definida também uma relação de projetos de interesse comum, instalados no Brasil.

Lula Marques